

João Batista Araujo
e Oliveira *

A classe média, que já tem seguro-anti-sequestro, agora já pode morrer em paz: seus filhos não correm o risco de ir para a escola pública! A Fundação Carlos Chagas, no mais ousado estilo empresarial, acaba de lançar o seguro-educação. Que, talvez, devesse se chamar seguro-desespero.

Comercialmente correto, o novo seguro ao mesmo tempo esconde e denuncia um amontoado de paradoxos. Mesmo antes de receber o atestado de óbito do futuro segurado, a Fundação já prenuncia a morte da esperança num ensino público de qualidade. Do alto de seu prestígio técnico, passa o seu atestado, com carimbo e firma reconhecida, e um cheque na mão do beneficiário, para provar que a coisa é séria. Examinemos de perto os paradoxos da proposta.

Primeiro paradoxo: a classe média pode escolher entre morrer em paz, com seguro-educação, ou viver morrendo de medo; se não puder pagar. Tudo isso em nome de um valor: dar aos filhos uma educação. "Imagina que horror, meu filho na escola pública! Morro, mas não matriculo!"

Optando por morrer em paz, os pais agora podem fazer um seguro que garante aos filhos os recursos de uma boa educação. Ou, pelo menos, uma educação em escola privada. O dilema denunciado pelo novo seguro é macabro: de uma das duas mortes é que a classe média não escapa. Ou morre de morte natural, ou vive morrendo de medo da escola pública. Ao optar pelo seguro, a classe média reforça — e perpetua, pelo direito de herança, o *apartheid* educacional que separa cada vez mais os que têm dos que não têm.

A lógica de mercado de curto prazo da Fundação Carlos Chagas é irretocável. Mesmo porque a classe média continua pensando que salvação é uma questão individual!

Os problemas da proposta começam quando se questiona se vamos conseguir sobreviver como país ou se vamos nos incorporar a esta república de Canudos de Antonio Conselheiro que começa a se alastrar. Fazendo um outro tipo de análise econômica, resta ver se haverá qualquer futuro para um país que, inserido numa economia mundial de base tecnológica, insiste em manter uma estrutura educacional segregada e elitista baseada apenas no poder de compra de 15% da população. Contra isso o seguro não protege, e a única saída viável reside numa educação de qualidade para todos — seja ela pública, privada ou mista. Mas esta parece que não vem, pelo que prenuncia a Fundação.

O segundo paradoxo é o mais importante — e também o mais preocupante: quem lança o seguro é a Fundação Carlos Chagas. Trata-se — para quem não conhece — de uma instituição brasileira de gabarito internacional, especializada na feitura de testes de desempenho escolar. A Carlos Chagas detém o termômetro que mede a qualidade — ou falta de qualidade — de nossas escolas públicas. Nos poucos casos em que um secretário de educação tem tido a coragem de contratar os seus serviços, a Fundação tem permitido revelar o quadro negro de nossa educação pública.

Ao lançar o seguro-educação, a Fundação acaba com a última ponta do giz ao escrever o seu fúnebre recado: a solução para a educação pública é evitá-la. Isto é, se você puder pagar 6% a mais por mês. Seis por cento é o preço do descaso das autoridades públicas, até mesmo do Legislativo, e da sociedade como um todo para com a escola pública. E mais grave: como o seguro é a longo prazo, a Fundação está dizendo que esta situação não deverá melhorar. Em bom português: salve-se quem puder.

Não vai nisso nenhuma censura aos que recorrerem ao seguro — uma opção

individual sensata, muito menos à iniciativa da Fundação. Sua proposta é comercialmente válida, sua percepção do mercado parece correta e seu senso de oportunidade e agilidade são inauditos para uma instituição educacional. Sua legitimidade e reputação técnica permanecem intocadas. Afinal de contas, o raciocínio é objetivo: a escola pública que aí está representa a morte intelectual, profissional e salarial para a esmagadora maioria da população brasileira. O problema é que quem diz isso, e paga para ver, sabe do que está falando. Trata-se de um gesto de total descrédito na competência do governo e da sociedade em equacionar a questão do ensino público.

O que perturba é a idéia de que no Brasil, a mesma população, que já paga por fora para se defender do ladrão, da polícia, do sequestrador, do cobrador de impostos, e às vezes do próprio imposto, agora também tenha que comprar seguro para se defender da incompetência dos nossos legisladores e governantes atuais e futuros. Resta perguntar se haverá seguradora para segurar o próprio governo.

Já houve tempo em que se dizia que ninguém segura esse país! Que grande inverdade! Todo mundo segura, há seguro para tudo, sobretudo para que o país não enfrente seus próprios problemas. Eis o terceiro paradoxo: quanto mais uns poucos privilegiados cuidam do seu seguro, mais o país vai se tornando inseguro. Mas será que a melhor solução é individual: na base do segure-se quem puder? Ou já chegamos na fase do seguro-desespero?

Num país tão criativo — apesar de tão analfabeto — só resta alguém oferecer um seguro em moeda forte, que garanta um passaporte, passagem de ida e uma bolsa de estudos em país estrangeiro, à escolha do órfão. Ai sim, vamos todos morrer em paz. Inclusive como país.